SINDICATO DOS INVESTIGADORES DE POLÍCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO
FUNDADO EM 09/07/74

SIPESP
O JORNAL

SINDICATO DOS INVESTIGADORES DE POLÍCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEZEMBRO/2020 ANO XVI ED.116

PREVIDÊNCIA SOCIAL:

COMO O DESCONTO DE 16% AFETA OS APOSENTADOS E PENSIONISTAS

DIRETORIA EXECUTIVA
Presidente
JOAO BATISTA REBOUÇAS DA SILVA NETO

Vice-Presidente
MANUEL BORGES DE MIRANDA

Secretário Geral
PAULO AUGUSTO RIBEIRO MORATO ERICA

Secretário Geral Adjunto
VITOR PELLITO

Dir. Financeiro
VLADIMIR DINA CONVENTO

Dir. Financeiro Adjunto
APARECIDA REGINA LOUREIRO

Dir. Jurídico
MARIA HELENA TORRES

Dir. Jurídico Adjunto
JOÃO CARLOS PAVÃO DE PAIVA

Dir. de Patrimônio
MARCO ANTONIO CECOTI DOS SANTOS

Dir. de Patrimônio Adjunto
VILMA APARECIDA ROSA

Dir. Social
JOSÉ MÁRIO EVANGELISTA

Dir. Social Adjunto
JOSÉ ANTONIO DE FREITAS

Dir. de Esportes, Lazer e Cultura
ALCYR SOUZA REIS JUNIOR

Dir. de Esportes, Lazer e Cultura Adjunto
ROGÉRIO MIRANDA

Dir. de Relações Públicas e Sindicais
JOSÉ ELÍSIO DE SANT'ANNA

Dir. de Relações Públicas e Sind. Adjunto
AGNALDO LUZIA

Dir. do Interior
MAURICIO ROBERTO DO AMARAL

Dir. do Interior Adjunto
REINALDO FARIAS DE ASSIS

Dir. de Aposentados e Pensionistas
CECÍLIO FERREIRA VILELA

Dir. de Aposentados e Pensionistas Adjunto
NELSON DE SOUZA

CONSELHO FISCAL
Membros Efetivos

Presidente
LUIZ HENRIQUE DE OLIVEIRA

1º Vice Presidente
PAULO SERGIO KOTZENT

2º Vice Presidente
SALVADOR JOSÉ VIEIRA

Secretário
ROSALVO FRANCISCO MACHADO DOS SANTOS

1º Secretário Adjunto
CARLOS LUIZ BEZERRA

Membros Suplentes
Presidente
JORACI DE CAMPOS

1º Vice Presidente
JOAO SAMPAIO LOPES

2º Vice Presidente
PAULO DINIZ ALMEIDA LEITE

Secretário
EDUARDO PINTO FEIJÓ

1º Secretário Adjunto
LUIZ FERNANDO BRASILIENSE

Jornalista responsável: Nelson Ciolli - Mtb: 12.511
Redação e imprensa: Jessamy Kisberi - Mtb: 62.778/SP

JORNAL DO SIPESP
Circulação bimestral
Tiragem: 1.200 exemplares

2020: UM ANO DE DESAFIOS PARA A POLÍCIA CIVIL

Este foi um ano atípico para todos nós, seja no âmbito profissional ou pessoal. Começamos 2020 com premissas de conquistas, de lutas. No entanto, nossas certezas foram diluídas quando o País foi afetado pela COVID-19, mudando totalmente nossas rotinas e certezas.

No escopo da Polícia Civil, a doença afetou toda a estrutura da corporação, fazendo com que decisões tivessem que ser tomadas às pressas para resguardar os policiais civis da melhor forma durante uma pandemia de uma magnitude que jamais pensaríamos em enfrentar.

A Secretaria de Segurança Pública prometeu enviar os insumos necessários para proteger a categoria, mas não foi o que vimos ou o que aconteceu. O SIPESP recebeu mensagens de inúmeros colegas pedindo ajuda, já que grande parte das delegacias ainda não tinham sequer álcool em gel para uso comum e para higienização.

O SIPESP entregou para a categoria mais de 2 mil itens de segurança sanitária para distribuição entre delegacias. Foram compradas 600 máscaras, 70 litros de álcool em gel e 600 luvas que foram enviados estrategicamente para as delegacias da Capital, Grande SP e interior paulista.

Também vamos ver nessa edição, a luta da cate - - goria para a manutenção de direitos essenciais, como a obtenção de adicionais temporais, sexta-parte e licença-prêmio. O SIPESP ingressou com ação para insistir que a visão da Justiça seja a mesma para todos os servidores públicos.

Além disso, o Sindicato tem enfrentado ferreamente a questão previdenciária que tem tirado o sono dos nossos aposentados e pensionistas, que agora sofrem com descontos abusivos no contracheque.

Estamos lutando para a nomeação de novos policiais civis para integrar um quadro que hoje está totalmente defasado. A necessidade da nomeação imediata é real e o SIPESP faz parte dessa luta.

A batalha contra as inúmeras declarações mentirosas do governador João Doria também é latente e mostra como o governo está desinformado sobre nossa realidade, mesmo diante de incansáveis tentativas de mostrar como é o nosso dia a dia em uma polícia que não tem delegacias, equipamentos ou materiais para atender a categoria e a sociedade. A Polícia Civil pede socorro. Todos os dias o SIPESP age para garantir que os policiais civis não sejam mais sucateados por um governo ou uma Justiça falha. A nossa esperança é que 2021 seja diferente. Que sejamos unidos. Que consigamos nos reerguer. Isso, colegas, ninguém pode tirar de nós.

BOAS FESTAS A TODOS!

Grande abraço,
João Batista Rebouças da Silva Neto
Presidente do SIPESP

A LUTA PELA NOMEAÇÃO DE NOVOS SERVIDORES

Defasada, a Polícia Civil paulista hoje enfrenta um dos piores cenários já vividos pela categoria e luta para que mais de 750 novos policiais possam ingressar para a PCSP.

Presidente do SIPESP, João Rebouças, Wallace Sousa, diretora Maria Helena e diretor Joraci Campos

Os quadros da Polícia Civil de São Paulo estão em déficit. Grande parte dessa parcela se atrela à morosidade na recomposição do efetivo e reflete diretamente na eficiência da investigação criminal.

Apesar de no ano de 2017 ter acontecido a abertura do concurso e aprovação de 783 novos investigadores, o Governo não fez a nomeação de nenhum servidor. E isso fez com que a manifestação realizada no dia 7 de agosto reunisse os aprovados para cobrar mais uma vez a responsabilidade da gestão João Doria para com a Polícia Civil paulista e a população.

O SIPESP, representado pelo diretor Joraci de Campos e por Vitor Kisberi, esteve presente na manifestação em apoio à prerrogativa dos aprovados. "É essencial que eles tomem posse o quanto antes. A nossa categoria precisa ser fortalecida por meio da reposição de pessoal que hoje está aqui, se manifestando pelo seu direito de trabalhar", afirmou Campos, durante a manifestação composta por mais de 70 pessoas.

"A chefia do Palácio dos Bandeirantes não queria nos deixar entrar. Depois de muita conversa, conseguimos subir para o mesmo local, mas já havíamos sido avisados que não seríamos recebidos por ninguém, e nosso objetivo era o governador", lamentou Wallace Sousa, um dos organizadores do protesto. Por volta das 14h a manifestação foi encerrada.

HISTÓRICO

Segundo informações dos próprios aprovados, o governo já fez, até o momento, quatro promessas que não foram cumpridas. A primeira foi no dia 23 de julho de 2019, no programa do Datena, onde afirmavam que a nomeação seria realizada em setembro do mesmo ano; a segunda foi em novembro de 2019, na Rádio Bandeirantes, prometendo a nomeação em janeiro de 2020; a terceira e a quarta, nos dias 27 de janeiro e 04 de março, foram realizadas por meio das redes sociais oficiais do governo, onde prometeram a nomeação em fevereiro e abril de 2020, consecutivamente.

No ano de 2020, a primeira justificativa usada pelos gestores foi a pandemia, de que causou uma queda de arrecadação de tributos durante a pandemia de coronavírus. No entanto, vários setores estão sendo reabertos há mais de quatro meses e os aprovados seguem sem previsão de conclusão da nomeação, direito conquistado por cada um deles.

Pelo Instagram, os aprovados afirmam que seguem "sem qualquer previsão concreta de nomeação. Muitos saíram de seus empregos, mudaram de cidade ou Estado e fizeram planejamento de acordo com o que foi dito e atualmente estão com suas vidas diretamente afetadas por todo este contexto".

LIVE PELA NOMEAÇÃO

No dia 17 de agosto o SIPESP realizou uma live, nomeada de "A quem interessa o desmonte da Polícia Civil" para demonstrar a preocupação com a postura e afirmações do governador João Doria à imprensa.

Em entrevista à Rádio Band, Doria afirmou que a nomeação não aconteceria até dezembro de 2021. Segundo o governador, o governo paulista está seguindo lei determinada pelo Governo Federal, que proibiu a contratação de novos servidores. "Impedir essa nomeação é menosprezar, é querer acabar com a Polícia Civil", disse Rebouças.

No entanto, o parecer 13.053/2020 da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional definiu que o governador não pode criar novos cargos, mas pode sim contratar para a reposição dos cargos em vacância.

Sousa foi firme ao pedir apoio da categoria nesse processo e falou sobre o encontro em frente ao Palácio do Governo. "Sentimos nosso direito e nossa liberdade de expressão serem cerceados", relatou. "O governo quer privar que esse tipo de coisa aconteça, que apareça na mídia".

"Ninguém pode nos impedir de fazer uma manifestação. Com união, a gente consegue ter sucesso nas nossas prerrogativas", apontou Rebouças.

"A Segurança Pública é serviço essencial e a defasagem nos quadros enfrentada hoje é histórica. "Precisamos de gente como você, que lute. O Sindicato precisa que as pessoas se unam para a polícia melhorar", finalizou o presidente do SIPESP.

O SIPESP está atuando de forma categórica para que a nomeação aconteça o quanto antes.

PREVIDÊNCIA SOCIAL: A LUTA DOS SERVIDORES PARA ACABAR COM DESCONTOS ABUSIVOS

Em outubro, aposentados se surpreenderam com primeiro desconto no contracheque

Foi sob o argumento de "cobrar mais dos que ganham mais", que a PEC 06/19, que impõe aumento injustificável na contribuição previdenciária dos servidores públicos, instituindo alíquotas progressivas, ganhou força. A questão tem gerado uma série de revoltas entre servidores públicos e o governo.

Em outubro, o Supremo Tribunal Federal (STF) cassou a liminar obtida na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 2044985-25.2020.8.26.0000, do qual o SIPESP entrou como Amicus Curiae junto a outras entidades. A liminar impedia a incidência da contribuição previdenciária em uma parcela maior dos proventos de aposentados e pensionistas e abrangia todas as categorias de servidores estaduais.

A liminar havia sido concedida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) em 15 de setembro, quando o desembargador Antonio Carlos Malheiros concedeu liminar na ADI em questionamento aos dispositivos da Emenda Constitucional (EC) 49/2020, a Reforma da Previdência no Estado de São Paulo.

A incidência da contribuição previdenciária sobre uma parcela maior dos proventos está prevista na Reforma da Previdência quando ocorrer o déficit atuarial da SPPREV. Publicado no dia 19 de junho, o Decreto 65.021/2020 reconheceu esse déficit, permitindo que a contribuição passe a incidir sobre o valor dos proventos que excede o salário mínimo (R$1.045) e o teto do INSS (R$6.101,06), antes isentos, agora começam a ser cobrados.

O desconto maior, que entrou no contracheque de outubro dos aposentados e pensionistas, está no sistema da São Paulo Previdência (SPPREV).

"O desconto inesperado e traiçoeiro pegou os aposentados e pensionistas de surpresa, em plena pandemia, na surdina", lamentou o diretor do departamento de aposentados e pensionistas do SIPESP, Cecílio Vilela. "Eu espero que todas as entidades da polícia civil, junto com o SIPESP, entrem com recurso para reverter esta situação".

O SIPESP também está atuando para ajudar na aposentadoria, ingressando com ações que visam corrigir o salário da aposentadoria especial e na correção da classe, quando retirada pelo Estado.

NOTA DE ESCLARECIMENTO SOBRE OS DESCONTOS DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.

"Com a edição do Decreto nº 65.021/2020 e do Comunicado SPPREV, publicado no Diário Oficial de 20 de junho de 2020, em 18 de setembro de 2020, a contribuição dos aposentados e pensionistas passou a ser calculada a partir do valor do salário mínimo nacional (R$ 1.045).

Tal desconto foi aplicado proporcionalmente na folha de setembro, com pagamento no 5º dia útil de outubro, nos seguintes termos: de 1 a 17 de setembro de 2020, foi calculado o percentual de 16% sobre os valores que excedem o teto do INSS (R$ 6.101,06) e, a partir de 18 de setembro de 2020, foi aplicada alíquota progressiva incidente de acordo com a faixa de benefício."

O Sindicato dos Investigadores de Polícia do Estado de São Paulo entende que a nova forma de desconto de contribuição previdenciária instituida pela Reforma da Previdência e autorizada pelo Decreto nº 65.021/2020, são inconstitucionais e já está adotando medidas jurídicas para resguardar os direitos de seus representados, incluvive por meio de participação como amicus curiae em Ação Direta de Inconstituicionalidade proposta por outras entidades sindicais.

NOVA PARCERIA: ESTANDE DE TIRO COM PREÇOS ESPECIAIS PARA ASSOCIADOS

O SIPESP fechou mais uma parceria essencial para os associados com o Clube de tiro do centro MJN. É uma maneira de o Sindicato colaborar para melhorar ainda mais as habilidades práticas de cada policial civil. O curso, que conta com instrutores de tiro com mais de 35 anos de experiência, promove o conhecimento indispensável para a prática de tiro esportivo e defensivo envolvendo **revólver, pistola, carabina e espingarda**.

O Clube está disponível diariamente, em horário comercial e conforme disponibilidade do aluno. No entanto, é necessário o agendamento de horário.

Com preços diferenciados, os associados poderão usufruir da parceria que fica próxima à sede do SIPESP. O valor normal é de R$180 a caixa de munição mais R$50 pelo uso do estande, totalizando R$230. Para os associados do SIPESP, o uso do estande mais a caixa de munição sai por apenas R$160! Para usufruir do benefício, é necessário apresentar a Carteira de Sócio.

INFORMAÇÕES
Stand de Tiro MJN
Endereço: Av. São João, nº 108 – Subsolo – São Paulo
Telefones: (11) 3229-1153 / 3229-5876

SIPESP REBATE MENTIRAS DE DORIA

Governador entrou em cena para divulgar informações que não condizem com o dia a dia da Polícia Civil de São Paulo

Mais uma vez João Doria apareceu para contar inverdades sobre a Polícia Civil de São Paulo. Em entrevista à jornalista Denise Campos de Toledo, do Programa Direto ao Ponto, da Jovem Pan, o governador de São Paulo mostrou, mais uma vez, que não está esclarecido sobre os problemas reais que afetam a Polícia Civil Paulista.

O SIPESP divulga diariamente as dificuldades dos policiais para exercerem suas funções e luta para conseguir que a rotina seja mais digna para todos. No entanto, parece que Doria se esforça para expor uma realidade totalmente distorcida da polícia civil e, especialmente, do trabalho dos Sindicatos, que são os únicos que podem lutar representando os servidores, para que estes possam exercer suas atividades com segurança e com o devido reconhecimento.

Em dois minutos do vídeo divulgado entre a Polícia, o governador conseguiu fazer seis afirmações, todas deturpadas. Confira abaixo as principais inverdades da entrevista do governador na Rádio Jovem Pan.

SATISFAÇÃO DA POLÍCIA CIVIL

Governador: "Sindicato não é Polícia Civil. Não há nenhuma queixa da PCSP".

A verdade: Os sindicatos têm a função essencial de lutar por uma categoria. E é isso o que tem sido feito pelo SIPESP e pelos demais sindicatos que representam as inúmeras carreiras da Polícia Civil de São Paulo. O nosso Sindicato atua com base nas informações, reclamações e solicitações dos policiais civis de todo o Estado, e as dificuldades enfrentadas por eles são divulgadas diuturnamente em nosso site e nossas redes sociais, bem como a atuação do SIPESP na luta por tais direitos.

SUCATEAMENTO

Governador: "Não há sucateamento nenhum na Polícia Civil de São Paulo".

A verdade: A Polícia Civil nunca foi tão sucateada em toda a sua história. Não existe um encontro com um policial civil que seja livre de reclamações sobre a situação das delegacias, que estão literalmente caindo aos pedaços, alagando, etc. Muitas vezes, até mesmo insumos como papel higiênico e materiais de limpeza são comprados pelos próprios policiais, demonstrando a total falta de amparo do governo.

EQUIPAMENTOS

Governador: "A Polícia Civil é a mais bem equipada e mais bem treinada do Brasil"/ "Será a primeira polícia a ter carros blindados, a utilizar as melhores armas do mundo".

A verdade: Os policiais trabalham com rádios comunicadores deficitários, armas enferrujadas, armas que estão com o mesmo policial há mais de 20 anos. Os carros da Polícia Civil também são cuidados pelos policiais, que fazem por conta própria as manutenções necessárias, diante do descaso do governo e a falta de celeridade para resolver tais questões.

VALORIZAÇÃO

Governador: "Os policiais civis são prestigiados".

A verdade: O que é prestígio para o governador? Ter que lutar por um salário adequado e brigar para conseguir uma aposentadoria digna? Todos os dias o SIPESP recebe policiais que querem se aposentar, mas precisam entrar com processos complexos para conseguir. As manifestações realizadas pela Polícia Civil são constantes e publicadas em várias mídias. Dizer que a Polícia Civil é prestigiada é uma afirmação ofensiva.

NOMEAÇÃO

Governador: "Há um decreto do presidente Jair Bolsonaro impedindo isso até o final do ano que vem".

A verdade: O parecer 13.053/2020 da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional definiu que o governador não pode criar novos cargos, mas pode sim contratar para a reposição dos cargos em vacância. Ao ver do SIPESP, o governador faz vista grossa e acoberta com inverdades nas entrevistas que concede.

Quantas vezes o Sindicato tentou falar com Doria para alinhar todas essas falhas causadas pela má gestão do governo? Mensalmente o SIPESP solicita reuniões com o governador, que nunca são atendidas, o que mostra o desinteresse dele em conhecer a fundo a realidade exposta pelos policiais, que estão na linha de frente de toda essa situação caótica da Polícia Civil.

ATÉ QUANDO, GOVERNADOR?

JUSTIÇA DETERMINA QUE ESTADO CONTINUE CONTANDO TEMPO DE SERVIÇO DE SERVIDOR PÚBLICO

SIPESP também ingressou com a mesma pretensão para beneficiar toda a categoria

O juiz José Manuel Ferreira Filho, da Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Votuporanga (SP) determinou que o Estado de São Paulo continue a contagem do tempo de serviço efetivamente prestado pelo servidor que ingressou com a ação para a obtenção de adicionais temporais, sexta-parte e licença-prêmio durante o período de 28 de maio de 2020 até 31 de dezembro de 2021.

De acordo com a sentença de Ferreira Filho, a Lei Complementar 173/2020, ao proibir os estados e municípios de computar o tempo de serviço dos seus servidores até 31 de dezembro de 2021 para fins de concessão de adicionais temporais e licença-prêmio, extrapolou a competência legislativa da União. Assim, a pretexto de legislar sobre "normas gerais" de finanças, a lei disciplina de maneira muito específica o sistema remuneratório de servidores estaduais, violando o pacto federativo.

No texto, o juiz diz que "a União acabou dispondo de maneira muito específica sobre sistema remuneratório dos servidores dos Estados que a ela não compete sob pena de violação do pacto federativo estabelecido como princípio fundamental em nossa Constituição, inclusive como cláusula pétrea (CF, artigo 60, §4º, I)".

Ferreira Filho afirmou também que os entes federativos são autônomos dentro da República e nos termos da Constituição (artigo 18), sendo cada estado organizado e regido por sua própria Constituição e leis (artigo 25). "Nesse sentido, estabelece a nossa Constituição que cada ente federativo deve dispor sobre a remuneração dos respectivos servidores públicos com observância da iniciativa legislativa em cada caso", completou.

Na sentença, ele afirma que o estado de São Paulo e seus municípios já possuem legislação específica sobre o direito remuneratório de seus servidores, prevendo essa legislação, cada qual da sua forma, a regulamentação do direito ao recebimento de adicionais temporais com base no tempo de serviço e, eventualmente, licença-prêmio.

"Assim, não pode a Lei Complementar Federal suspender ou suprimir direitos remuneratórios dos servidores dos estados e municípios, especialmente aqueles já adquiridos com base na legislação local vigente e que, portanto, não correspondem a aumentos de salários ou reajustes", afirmou Filho.

De acordo com ele, trata-se de uma inconstitucionalidade material na medida em que o conteúdo da lei federal viola um princípio constitucional fundamental da República consistente na forma federativa de estado, "segundo o qual cada ente federativo tem autonomia nos termos da Constituição para se organizar política e administrativamente, o que inclui legislar sobre o direito remuneratório de seus servidores".

Por fim, o juiz ressaltou que o direito ao adicional com base no tempo de serviço efetivamente prestado, assim como a sexta-parte, é assegurado pela Constituição de São Paulo e concedido no mínimo por quinquênio e sem limitação, de modo que, em tese, apenas por emenda à Constituição Estadual tal direito poderia ser mitigado.
A ação foi ajuizada por um servidor questionando a aplicabilidade, no âmbito do Estado de São Paulo.

INSISTÊNCIA DO SIPESP
No dia 10 de setembro, o Sindicato dos Investigadores de Polícia de São Paulo ingressou com ação ação civil pública para que toda a categoria fosse beneficiada.

A Ação Civil Pública do SIPESP tramita perante a 15ª Vara da Fazenda Pública e o número do processo é o 1044409-84.2020.8.26.0053.

EM ENCONTRO COM CELSO RUSSOMANO, SIPESP EXPÔS PREOCUPAÇÕES DA POLÍCIA CIVIL

Em 14 de outubro o presidente do SIPESP, João Batista Rebouças da Silva Neto, esteve na sede central do Sindicato dos Taxistas Autônomos de São Paulo (SINDITAXI), para um encontro com o candidato à Prefeitura da cidade de São Paulo, Celso Russomanno (Republicanos).

O Sindicato expôs ao candidato as inúmeras preocupações da categoria com relação à nomeação de novos policiais, à desvalorização do policial civil, aos problemas com a aposentadoria, entre outros. Para Rebouças, estas necessidades trazem prejuízos à segurança pública na cidade de São Paulo, sendo certo que o prefeito pode ajudar a cobrar estas reivindicações do governo.

"Sempre pedimos para alguém nos auxiliar, mas está bem difícil. Atualmente, não somos recebidos ou sequer ouvidos sobre nossas prerrogativas", falou.

Também estiveram presentes o vice Marcos da Costa; o Deputado Campos Machado PTB; e o superintendente da Funasa, Eduardo Anastasi.

CANDIDATA A VEREADORA, MARIA HELENA (PSL) VISITA SIPESP

Em visita à sede do SIPESP, em 28 de outubro, a candidata ao cargo de vereadora pelo Partido Social Liberal (PSL), Maria Helena (17622), se colocou à disposição da Polícia Civil de São Paulo para auxiliar nas incansáveis lutas da categoria na conquista dos direitos.

Na ocasião, a candidata estava acompanhada pela presidente da ACRIMESP (Associação dos Advogados Criminais do Estado de São Paulo), Dra. Vitória Nogueira, pelo investigador de polícia Paulo Rogério Neme e pelo agente de polícia Raul Ferreira Junior.

Sobre os projetos para a polícia, a candidata disse estar aberta ao trabalho. “No que precisar, no que depender da prefeitura de São Paulo, da Câmara Municipal de São Paulo, de um vereador, vamos resolver. E no que for no âmbito estadual ou federal, também me proponho a resolver”, afirmou.

SIPESP E AFPCESP SE REÚNEM PARA FALAR SOBRE A CATEGORIA

A necessidade de integração e ampliação da força de luta fez com que o presidente do SIPESP, João Batista Rebouças da Silva Neto e a presidente da Associação dos Funcionários da Polícia Civil do Estado de São Paulo (AFPCESP), Lucy Lima Santos se reunissem na sede da Associação, na Liberdade.

Os presidentes demonstraram preocupação com o andamento das questões que afligem mais de 26 mil policiais civis em todo o estado, especialmente no que tange a aposentadoria, o déficit de servidores e necessidade imediata da nomeação dos aprovados no concurso, o aumento salarial e as condições de trabalho.

Também participaram do encontro o presidente e o diretor tesoureiro do SINDITAXISP, Foca Bilotta e Urbano da Costa.

SIPESP RECEBE REPRESENTANTES DO SINTELPOL

O presidente do SIPESP, João Rebouças, recebeu a presidente do SINTELPOL (Sindicato dos Trabalhadores em Telemática Policial do Estado de São Paulo), Gildete Amaral, o tesoureiro Donizeti Martins e a secretária geral Priscila Medina, para traçar um plano de ampla integração entre os sindicatos da polícia de todo o Estado.

O objetivo, de acordo com Rebouças, é de reunir os sindicatos para ter maior poder de reivindicação de direitos para a Polícia Civil paulista. “São muitas pautas que temos que encarar: o corte de pagamento, o aumento da alíquota na contribuição de servidores na Previdência, a falta do 13º salário, a necessidade de nomeação de novos servidores, entre outros. A iniciativa é importante porque é uma possibilidade de unirmos forças contra as ações do atual governador João Doria, que tem, a cada dia, desvalorizado a categoria de uma forma surreal”, disse o presidente.

Também participou do encontro a diretora jurídica Maria Helena Torres.

PAIS PODERÃO SER INCLUÍDOS COMO AGREGADOS NO IAMSPE

Os funcionários públicos poderão cadastrar pai, mãe, padrasto e madrasta como agregados no Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (IAMSPE), mediante contribuição adicional e individual.

A possibilidade de inclusão é parte das alterações ocorridas no IAMSPE após a aprovação do Projeto de Lei 529/2020, transformado na Lei 17.293 que foi sancionada pelo governador João Doria (PSDB) no último dia 15 de outubro. Está prevista ainda a publicação de uma normativa do governo estadual tratando de outros detalhes do tema.

Os formulários de inscrição dos agregados e outras informações estão disponíveis no site do IAMSPE (iamspe.sp.gov.br) ou direto pelo site do SIPESP.

BENEFÍCIOS SIPESP
FILIE-SE!

MAIS DE **60 MOTIVOS** PARA SE **JUNTAR** AO SINDICATO DA CATEGORIA!

- UNIVERSIDADE SÃO JUDAS
- UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI
- UNIVERSIDADE IBIRAPUERA
- UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE
- UNISA – UNIVERSIDADE DE STO. AMARO
- WPÓS – Pós-Graduação a Distância
- UNINOVE
- UNICASTELO
- UNIP
- FMU
- UNIMESP – FIG
- FACULDADE E COLÉGIO DRUMOND
- COMPLEXO JURÍDICO – DAMÁSIO DE JESUS
- UNIVERSITÁRIO VESTIBULARES
- ESCOLA JOÃO XXIII
- CURSO ÊXITO
- FACULDADES HORIZONTE
- FAPPES
- FACULDADE ZUMBI DOS PALMARES
- IPOG – INSTITUTO DE PÓS GRADUAÇÃO

MÉDICOS E LABORATÓRIOS

- C.D.C. – CENTRO DE DIAGNÓSTICO COMPLEMENTAR
- CLÍNICO GERAL – DR. IDANIR MOMESSO NETO
- CLÍNICA ANGIO VASC PAULISTA
- CRYA MEDICINA DIAGNÓSTICA
- CENTRO MÉDICO BRESSER
- ENDOCRINOLOGIA
- .ANGIOLOGIA E CIRURGIA VASCULAR

PLANOS DE SAÚDE

- AMEPLAN
- UNIHOSP

FARMÁCIAS

- FARMA CONDE
- INTEGRITÁ FORMULAS

ODONTOLOGIA

- DR. IDANIR ANTÔNIO MOMESSO Jr.- adulto
- DRA. MARÍLIA MOMESSO (Odontopediatra)

PSICOLOGIA

- DRA. PALLOMA KELY DA SILVA
- DRA. TAMIRA QUINTO

OFTALMOLOGIA

- ÓPTICAS VISÃO LUX
- CLINICA DE OLHOS BOA VISÃO
- CLÍNICA DE OLHOS SÃO DOMINGOS

PODOLOGIA

- SILVANA KISBERI

- HOTEL SÃO PAULO INN
- SHELTON INN HOTEL
- NORMANDIE DESIGN HOTEL
- NOBILIS EXPRESS
- SAN RAPHAEL HOTEIS
- SAN MICHEL HOTEIS
- HOTELLING INTERNATIONAL – POUSADAS E HOTÉIS
- RESIDENCIAL VERAMAR – BOIÇUCANGA
- CLUB DE FÉRIAS
- POUSADA VILLA HARMONIA
- COLÔNIA SIPESP - PRAIA GRANDE
- COLÔNIA SIPESP – PROMISSÃO
- MASSOTERAPIA – QUICK MASSAGE
- PARGOS CLUB DO BRASIL
- WET'N WILD – HOPI HARI
- PARQUE DA XUXA
- CURSO DE TIRO

Seguros

- CKS CORRETORA DE SEGUROS
- LUZZ PRIME – CORRETORA DE SEGUROS EM GERAL

Auto Center

- RONDON DESPACHANTE

Jurídico

- ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA